

**PROTEÇÃO JURÍDICA DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO  
ESPECTRO AUTISTA NA RELAÇÃO CONSUMERISTA COMO  
INSTRUMENTO DE INCLUSÃO**

*Anderson Andrade De Araújo (andersonteleco@yahoo.com.br)*

*Mônica Matos (moniribeirmatos@gmail.com)*

*Leonardo Correia Pinheiro De Andrade (leocorreiapinheiro@gmail.com)*

A inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autistas (TEA) nas relações de consumo é um desafio que envolve o poder público e a sociedade. A priori, os instrumentos jurídicos em vigor são meios de proteger os consumidores hipervulneráveis nas relações de consumo. No entanto, é imperioso que o Código de Defesa do Consumidor (CDC), à luz dos direitos fundamentais e da dignidade humana, seja efetivado plenamente, uma vez que há pessoas com TEA estão à margem da relação consumerista. Nesse sentido, a pesquisa tem por objetivo geral analisar se há, no Brasil, instrumentos jurídicos capazes de proteger o consumidor com TEA na relação consumerista, considerando que são pessoas hipervulneráveis. Pelos pontos levantados, ao final da pesquisa, buscou-se apresentar medidas jurídicas concretas capazes de permitir a efetiva proteção das pessoas com TEA nas relações de consumo. Ademais, a pesquisa pode ser classificada como de natureza bibliográfica, através de leitura exploratória em livros, artigos científicos, teses, dissertações, bem como na legislação e na jurisprudência, a fim de examinar o direito dos consumidores TEA à luz do ordenamento constitucional e infraconstitucional, em especial, do CDC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD), com

ênfase nos princípios da proteção, igualdade, liberdade, informação e inclusão social, visando dar visibilidade aos instrumentos legais que dispõem sobre a proteção das pessoas com TEA nas relações de consumo.

Palavras-chave: pessoas com TEA hipervulnerabilidade proteção jurídica relação de consumo inclusão.